

1202

1978

Todos os signatários foram assistentes do Professor Marcelo Caetano na execução de funções docentes, ou prepararam sob a sua orientação as suas dissertações para actas académicas; alguns tiveram a honra de lhe suceder no ensino universitário; todos pensam que, na solididade das suas linhas, sobre o sentimento de que, com esta publicação, não é apenas o Mestre que justamente se homenageia — e também o Amigo que afectuosamente se ajuda.

DIAGO FREITAS DO AMARAL  
JOSÉ ROSEN DE ANDRADE  
AUGUSTO DE ATALÍDE  
JOSÉ MANUEL SÁVULO CORREIA  
ARMANDO MARQUES GUEDES  
RUI CHAMBERELLE DE MACHETE  
JORGE MIRANDA  
ANDRÉ GONÇALVES PEREIRA  
NUNO EFRONIA GOMES DA SILVA  
MIGUEL GALVÃO TELLES

# Poder Popular



(do prefácio do livro "Estudos de Direito Público em honra do Professor Marcelo Caetano" — Edições Ática 1973)

## CONTRA GOVERNO COM CDS RESISTÊNCIA POPULAR ACTIVA

O CC do MES, eleito pelo III Congresso, teve a sua primeira reunião plenária em 14 e 15 de Janeiro.

É a seguinte, resumidamente, a análise que neste momento faz da situação política, tendo nomeadamente em conta a formação do II Governo do Dr. Soares e os acordos políticos que lhe estão por detrás: a crise política aberta com a queda do I Governo vai entrar numa nova fase com a formação dum governo de coligação da direcção social, democrata do PS com a direita reacçãoária representada pelo CDS.

Este II Governo do Dr. Soares será um governo de campanha contra as conquistas populares.

Um governo que irá ter como ministro da Reforma Administrativa um dos advogados dos bombistas poderá ter outra política que não seja a do ataque sistemático às liberdades conquistadas com o 25 de Abril?

Um governo que irá ter como ministro do Comércio um elemento do CDS ao qual estão ligados os grandes patrões agrupados na chamada Confederação do Comércio poderá ter outra política que não seja a de favorecer a especulação e

a subida desenfreada dos preços, isto é, a ruína do pequeno comércio e a redução drástica do nível de vida do povo trabalhador?

Um governo que terá como ministro dos Negócios Estrangeiros um deputado reacçãoário do CDS que outra política poderá ter senão a de moço de recados dos interesses imperialistas do grande capital americano, da CIA, do FMI e da NATO hipotecando gravemente a nossa independência nacional?

Um governo que terá como secretário da Indústria um homem da confiança da CIP que política poderá ter senão a de facilitar ainda mais os despedimentos criando novas facilidades ao grande capital?

Este é o governo que iremos ter. Esta é a política ferozmente anti-popular que tentará aplicar.

O MES não pode adoptar perante o governo direitista em formação outra atitude que não seja a de frontal oposição, a da mobilização activa das massas populares contra a política repressiva que irá pôr em marcha.

Mas quem favoreceu a via que levou à formação do governo PS/CDS?

A resposta a esta questão é de grande importância para o combate seguro que é necessário dar-lhe.

Há que apontar o próprio Dr. Soares e a direcção do PS, sem dúvida, pois a sua política de cedências

à direita e ao imperialismo perante a crescente oposição dos trabalhadores portugueses não tem outra saída que não seja a da crescente partilha do poder com a própria direita reacçãoária.

Mas há que apontar decididamente a política reformista e conciliatória do PCP: votando contra a moção de confiança na Assembleia da República e negociando nas costas do povo e sem a força do movimento popular de massas que deliberadamente tentou travar e desmobilizar, o PCP acabou por favorecer a formação de um governo mais à direita e mostrar a inviabilidade das suas soluções e propostas de governo de plataforma ou de eleições gerais antecipadas.

O MES alerta todos os trabalhadores, todos os antifascistas e revolucionários, para que nunca será obtida uma solução política favorável aos interesses e



Continua na pág. 2

**III CONGRESSO**  
sessão pública de encerramento  
**VOZ DO OPERÁRIO**  
sab. 11 Fev. — 21,30

### NESTE NÚMERO:

- ★ Edmundo Pedro e o golpe de 25 de Novembro
- ★ Conclusões do III Congresso
- ★ Contra o nuclear
- ★ Eleições nos Escritórios
- ★ Luta na Previdência
- ★ Professores têm razão!
- ★ Plenário de Sindicatos



# Poder Popular

Nos últimos tempos, o "Poder Popular" saiu com grande irregularidade, não tendo sido publicado nenhum número desde 30 de Setembro.

Hoje, realizado o III Congresso, as decisões políticas e organizativas impõem a ultrapassagem das deficiências passadas. Por isso, o "Poder Popular" está de novo na rua e há que garantir a sua publicação regular, a melhoria da sua qualidade, o alargamento do seu espaço e uma cada vez maior difusão. Alguns passos foram já dados no sentido de dotar o jornal com o aparelho técnico próprio, de modo a reduzir custos, e este facto acarreta dificuldades iniciais que estão patentes neste número. Procurar-se-à eliminá-los no futuro.

O "Poder Popular" é uma voz de luta pela unidade popular e a resistência. Discutir e divulgar cada número é uma forma de contribuir para o alargamento da consciência e da unidade dos que se empenham nessa luta.

## CONFERÊNCIA DO MES SOBRE POLÍTICA INTERNACIONAL

Inserida na fase final dos trabalhos do III Congresso do MES, vai realizar-se nos dias 11 e 12 de Fevereiro uma Conferência sobre política internacional cujo objectivo principal é contribuir para a definição da posição do MES face à luta de classes à escala mundial e ao seu confronto com os aspectos concretos da luta de classes no nosso país.

Com a realização desta Conferência procurar-se-à alargar a todo o Partido e recolher dele a análise e o conhecimento destas questões, ligando-as à prática da nossa luta quotidiana e desenvolvendo, assim, a consciência internacionalista dos militantes comunistas e revolucionários. Os principais temas a abordar nesta Conferência serão:

- a) a luta de classes a nível mundial;
- b) a luta anti-imperialista na Europa do Sul;
- c) o movimento comunista internacional.

A Conferência, que contará com a presença de delegações de organizações estrangeiras convidadas pelo MES, e que, com o nosso partido mantêm relações, está já a ser preparada mediante sessões nas várias organizações regionais do MES, sessões es-

tas abertas a convidados interessados na discussão, deste tema. Estão também a ser feitas inscrições para a participação nas sessões finais dos dias 11 e 12 deste mês.

À Conferência serão apresentadas comunicações ou documentos pelas organizações estrangeiras convidadas, organismos do MES ou simples participantes, sob a respectiva responsabilidade.

Além disso, foram já elaborados textos de apoio no seio do Partido e a Comissão organizadora preparou alguns documentos-base que servirão como referência à discussão dos temas centrais acima apontados.

De referir, ainda, o facto de o MES ter já realizado em Fevereiro de 1976 uma sessão dedicada ao internacionalismo proletário, na sequência do nosso II Congresso (ver nº 29 e 30 do Poder Popular), onde aliás foi apresentado e aprovado um documento que tem servido de base à acção do MES neste domínio, precisamente intitulado "A luta de classes à escala mundial", editado como nº 2 nos "Cadernos do SLEMES" e que esta Conferência do MES sobre política internacional visa completar e actualizar.

# com ajuda de soares (e não só...)

## CDS no GOVERNO

### O PS JOGOU E PERDEU

O governo PS tinha noção do agravamento da situação social, incapaz de resolver um só dos graves problemas do país, com cada vez mais desemprego e inflação, com a dívida externa a crescer desenfreadamente.

Porém o Governo PS, se cada vez mais era contestado no Parlamento e não só, lá ia vendo aprovadas as suas principais medidas legislativas. E embora abundassem as ameaças, ainda ninguém se atrevera a apresentar qualquer moção de censura.

Foi, pois, de certa maneira 'temerária' a manobra de Soares ao apresentar à Assembleia uma moção de confiança, à partida com hipóteses remotas de vir a aprovada.

E por muito humor que Soares possa fazer com o facto de ter sido aceite para primeiro ministro pelos mesmos que o derrubaram dias antes, a nova fórmula governativa não deixa de significar um importante passo atrás na tática do PS, nem esta aliança com o CDS deixará de causar importantes problemas no interior do Partido.

### O PCP TAMBÉM DEU UMA AJUDINHA...

Face ao ataque desenfreado que o Governo vinha fazendo às conquistas mais caras dos trabalhadores o PCP passa ao ataque verbal propondo novas eleições ou um 'governo de plataforma'. Esta última hipótese não pareceu a ninguém

muito verossímil conhecida que é a posição 'europeia' do PS (leia-se alinhamento com os sistemas capitalistas da Europa Ocidental e USA). Aliás nunca o PC apoiou as suas pretensões na única força que podia levá-las à vitória: a força dos trabalhadores, a sua mobilização e a sua luta. Pelo contrário como lhe é habitual canalizou os seus esforços para as negociações em S. Bento e esforçou-se por fazer crer aos trabalhadores que era ali que as coisas se resolveriam. Com isto desmobilizou-os da luta, remeteu-os à expectativa ao mesmo tempo que por duas vezes se deixou 'comer' nessas mesmas negociações: primeiro foi o 'suspense' sobre a possibilidade de votar favoravelmente a moção de confiança. Até ao último minuto o PCP esperou do PS algumas 'garantias' para votar a favor do Governo de Barreto, Cardia e Gonet!

Negadas as 'tais garantias', o PCP lá acabou por votar contra a moção de confiança mas ainda aqui agarrado à ilusão de que conseguiria assinar um acordo com o PS. E mais uma vez até à última hora manteve a expectativa...para de novo sair despeitado!

Como se vê, também o PCP deu a sua 'ajudinha' para hoje termos o CDS no governo...

### A DIREITA NÃO ESTÁ AINDA SATISFEITA

Com todas estas peripécias quem tem razão pesa-

ra se felicitar é a direita.

O fiel Freitas, que em Abril de 74 só não fugiu para o Brasil com o 'querido Mestre' porque não cabia no avião, está hoje no governo sem ter feito para isso muito mais do que - aguardar!

Formou o seu partido, foi dizendo umas lacharas, evitou meter-se em complicações de maior...e guardado estava o bocado!

Temos pois que este novo governo é uma cartada decisiva para o CDS. No entanto a direita não está ainda satisfeita...E a CAP e a CIP tornam as suas distâncias em relação a este Governo, muito embora, por exemplo, o Secretário Geral da segunda seja o Ministro do Comércio...É que se já têm homens seus neste Governo, ainda não têm o Governo todo...Ele representa, no entanto, mais um passo nesse sentido, não tenhamos dúvidas.



E com a entrada neste Governo, o CDS joga em profundidade: visa tornar-se o grande partido da direita.

Ao que é propícia a actual situação no PPD, manietado por divisões internas, com um Sá Carneiro que faz de galo de combate distribuindo bicadas em todas as direcções e um Sousa Franco preocupado sobretudo em fortalecer a sua posição interna e herdeiro de uma situação que não se modifica em três dias...

Os capitalistas, de facto, mais não pretendem do que exercer a sua profissão - explorar o povo trabalhador. Depois do susto de Abril, recuperaram parte das posições perdidas e, com roupa nova, à europeia, exigem: indemnizações, reservas, desnationalizações, disciplina nas Forças Armadas, uma nova Constituição, etc, etc, etc.

Eles comem tudo, não deixam nada, como dizia o poeta - mas só se nós deixarmos, camaradas!

## CONTRA GOV.COMCDS

Continuação da pág. 1

conquistas populares sem a força que só a luta decidida das massas trabalhadoras pode erguer.

O MES alerta todos os antifascistas e revolucionários para a necessidade de darem uma resposta serena e responsável às movimentações esquerdistas em curso, alimentadas pelo desespero de sectores que a crise económica e social para aí empurra e pelo próprio reformismo revisionista que necessita a todo o custo de erguer espantelhos que ajudem a encobrir a sua política conciliatória,

apenas poderão criar dificuldades à organização da resistência popular activa à política direita e repressiva do governo PS/CDS e levar ao desprestígio de figuras cujo único papel deveria ser o de servir a unidade das massas populares.

### Cerrar fileiras em torno da plataforma de luta da resistência popular activa

Face à situação política do MES, reafirmando que nenhum governo burguês e muito menos o governo direita em formação pode-

rá resolver os problemas do nosso país e do nosso povo, chama todos os trabalhadores a cerrarem fileiras em torno da plataforma de luta da resistência popular activa em defesa das liberdades alcançadas, do nível de vida dos trabalhadores e da Independência Nacional contra a recuperação capitalista.

Contra as falsas alternativas do Reformismo e do Esquerdismo o MES aponta o caminho seguro da resistência à política direita em marcha, o caminho da criação e acumulação da força social revolucionária capaz de travar a avançada

burguesa e criar as condições para a imposição de um Governo de Unidade Popular e a vitória duma verdadeira solução popular para a crise.







## MES SAÚDA VISITA DE LUÍS CABRAL

A Guiné-Bissau, através do seu Presidente, é a primeira ex-colónia — agora um novo país africano — a visitar oficialmente Portugal.

É também a primeira a quem é reconhecida a Independência em Setembro de 74. E, contudo foi, pode dizer-se, a primeira colónia a ser estabelecida em África, sendo também na Guiné que primeiro surge um movimento de resistência do colonialismo e onde desde 1956 o PAIGC é o movimento de libertação nacional que conduziria o povo da Guiné e Cabo Verde à sua independência total.

Independência que se conquistou, e conquista ainda, através de um duro combate, e de uma luta que durante anos fez correr o sangue do Povo da Guiné e de Portugal.

Derrubado em Portugal o regime fascista em Abril de 74, é dada, logo em 1 de Junho de 1974, com os acordos de Londres entre o Governo Português e o PAIGC, a primeira machadada, que levaria ao fim do colonialismo português.

Apesar de ter sido a colónia onde a luta era mais acesa, onde o número de baixas era maior, onde o número proporcional de efectivos militares era mais elevado, é justamente lá que logo após o 25 de Abril são depostas armas e iniciadas em Londres as negociações que levariam ao reconhecimento "de jure" da República da Guiné Bissau.

Em Junho de 74 os oficiais progressistas do MFA na Guiné escreviam no Editorial da "Voz da Guiné" órgão oficial: "o povo português, obrigado pela força a participar numa guerra imposta, sente agora orgulho em ter colaborado na liberdade dos povos africanos... não podemos esquecer que um grande passo foi dado no ca-

minho da libertação definitiva e completa dos povos africanos e portugueses. Esse passo foi dado por esses povos em conjunto.

Esse passo, que deu a grande machadada numa mesma realidade com o duplo aspecto de fascismo e colonialismo, resultou da aliança desses povos.

Com a visita de Luís Cabral ao nosso País como Presidente da Guiné-Bissau é dada continuidade a essa "grande plataforma de entendimento e amizade" entre os dois Povos.

Luís Cabral recebeu o Presidente Eanes no Palácio de Queluz; último acto oficial da sua estadia, encontrando-se presente uma delegação do MES, que pôde assim reafirmar ao camarada Presidente Luís Cabral, a solidariedade militante entre o nosso Partido e o PAIGC.

A visita de Luís Cabral reafirmou por outro lado aquilo que, o militante número um do PAIGC, Amílcar Cabral tinha deixado claro quando afirmou no seu "apelô aos portugueses":

"...queremos libertar a nossa terra, para criar nela uma vida nova de trabalho, justiça, paz e progresso, em colaboração com todos os povos do mundo e muito particularmente com o povo português.

"...Nós sabemos, e eu falo como técnico, que Portugal tem condições para oferecer uma vida digna a todos os seus filhos. Esta é que é a Pátria que os portugueses têm de defender e engrandecer com os seus esforços e sacrifícios, e nela amanhã, de certeza, colaborarão conosco na Guiné e em Cabo Verde, para juntos darmos as mãos fraternalmente, baseados na história, baseados na amizade, baseados em tudo quanto nos une".

# EDITORIAL

O III Congresso do MES, realizado em Dezembro último, reafirmou a análise que o nosso partido vinha fazendo da evolução da situação política em Portugal, pondo em destaque o papel da ingerência imperialista na condução da ofensiva burguesa e rejeitando o fantasma do golpe fascista a curto prazo.

## O PAPEL DA INGERÊNCIA IMPERIALISTA

O nosso partido considera, com efeito, que a burguesia portuguesa não encontrará a sua unidade em torno de um projecto nacionalista, mas sim em torno de um projecto patrocinado pelo imperialismo e apoiado pelas suas instituições. A política do I Governo Constitucional burguês do Dr. Soares, em todos os campos, foi uma aplicação obediente das soluções preparadas nos centros imperialistas pelo FMI e organismos semelhantes.

## REFORÇO DO AUTORITARISMO BURGUEZ SEM GOLPE DE FORÇA

A formação do II Governo Constitucional burguês com ministros do CDS, faz prever que esta política se torne mais agressiva. Assim, serão ainda mais limitadas as liberdades de informação e de organização nos locais de trabalho, crescerão os despedimentos e degradar-se-á o nível de vida, a justiça burguesa será mais severa, para os trabalhadores e revolucionários e mais compreensiva para os reaccionários e exploradores.

Crescerá, pois, o autoritarismo burguês a todos os níveis mas mantendo-se em pleno funcionamento as instituições democráticas burguesas, das autarquias locais ao Parlamento. Com efeito, nem a burguesia esgotou ainda as possibilidades que a democracia parlamentar lhe oferece para reforçar o seu poder, nem o imperialismo está interessado em suspender, nesta fase, as instituições parlamentares no nosso país.

Para o nosso partido é falsa a análise que aponta para um golpe fascista a curto prazo, envolvendo a direita militar e partidos de direita e extrema direita. A nossa análise da situação política indica que a democracia burguesa limitada que vivemos vai prevalecer sobre qualquer outro tipo de regime, e esta indicação condiciona os objectivos e a organização que os trabalhadores e os revolucionários vão apontar para a resistência.

O perigo das análises que apontam o golpe fascista como iminente está em que levam ao desprezo pela construção, paciente e profunda, da resistência popular e da sua organização, dirigindo as energias para a luta contra um golpe que não virá e desamando a resistência ao reforço do poder burguês dentro da democracia burguesa.

## FORTALECER A RESISTÊNCIA, A INICIATIVA E A UNIDADE POPULARES

Para o MES, organização com uma forte tradição de luta pela unidade popular, a tarefa central nesta fase é a construção da resistência popular activa ao reforço do poder burguês. É esta uma tarefa que impõe uma intervenção decidida e constante para fortalecer a organização e a iniciativa populares, prestigiando os órgãos dos trabalhadores, em particular os sindicatos, dando-lhes nova força e nova democracia, e fazendo sentir esta nova força também ao nível das instituições parlamentares.

Da necessidade de fortalecer a iniciativa e a organização populares, deriva uma outra tarefa que o nosso partido lutará por cumprir no seio da esquerda e do movimento popular: encontrar os pontos de unidade que permitam acumular o máximo de força nas acções de resistência e combater os projectos que desviam o movimento popular dessa resistência e da unidade necessária à sua construção.

Fortalecer a iniciativa popular implica combater a

hegemonia que o reformismo revisionista detém sobre o movimento operário e de que se utiliza para apoiar a sua política de entendimento com as forças burguesas e as suas propostas de "saída da crise", sem sair do capitalismo. A posição do PCP na recente crise governamental mostrou a sua natureza revisionista e conciliatória. Tentando negociar o "melhor governo possível", o Partido Comunista jogou na paralisação do movimento operário e popular, desviando os trabalhadores de uma participação activa na luta de resistência contra a solução política que haveria de triunfar. Escamoteando mais uma vez que uma saída de esquerda e de acordo com os interesses dos trabalhadores só se consegue pela mobilização destes contra os seus inimigos de classe, aquele partido espalhou ilusões de uma "saída de esquerda" à base de negociações à sua margem.

Fortalecer a iniciativa popular passa, deste modo, por uma renovação a prazo da organização e direcção do Movimento Sindical Unitário e por novos objectivos para o controle popular nas empresas, nos campos, nas escolas, nos locais de habitação, nos serviços públicos. Mas passa também por um permanente combate a tendências radicalistas e sectárias que acabam por cair fora do terreno de unidade do movimento popular e por servir objectivamente as forças burguesas da divisão. Intervenção incosequente da UDP/PCP(r) no processo eleitoral para a direcção do Sindicato dos Escritórios de Lisboa é o exemplo mais recente desta tendência inimiga da unidade popular.

## UNIDADE POPULAR NA RESISTÊNCIA E PARA A RESISTENCIA

A candidatura de Otelo e o processo MUP libertaram energias que, depois da dissolução do movimento, têm estado adormecidas, embora na memória dos trabalhadores perdurem os princípios afirmados no programa da candidatura daquele prestigiado militar de Abril.

Recolher as experiências positivas deste importante processo de unidade, sabendo ao mesmo tempo recusar o que se não pode repetir, e uma tarefa que nenhum revolucionário poderá ignorar nos esforços de construção da resistência popular e da unidade necessária a essa construção.

Mas há que rejeitar a evocação de velhas referências deste processo, que — ainda que podendo mobilizar alguns sectores populares e de activistas — não servem de guia para as tarefas concretas da resistência e pouco têm a ver com a realidade política que estamos vivendo, espalhando ilusões sobre ela. A uma tal evocação recorrem os promotores da "organização unitária de trabalhadores e revolucionários" recentemente lançada em manifesto público, ao reivindicarem-se da herança do "documento-guia aliança povo - MFA" e outros documentos, marcos do processo revolucionário.

O projecto político avançado por esta nova organização não tem em conta que a luta de resistência à ofensiva burguesa é prolongada e impõe uma intervenção profunda dos revolucionários no movimento popular. O projecto não esclarece como intervirá a organização a esse nível, limitando-se a falar da "necessidade de unir todos os trabalhadores e anti-fascistas com vista à resistência ao possível golpe".

Para além de invocar o fantasma do golpe eminente o projecto "esquece-se" das condições concretas e dos instrumentos que permitem construir a unidade. Aponta como seu objectivo a Revolução Socialista, mas nada diz sobre a direcção revolucionária necessária para tal, nem sobre a construção do Partido Revolucionário.

A unidade popular não se constrói em torno de projectos vagos e fora da luta de massas, mesmo que garantam a adesão de elementos prestigiados perante os explorados. Um dos seus riscos está precisamente em que as suas incorrecções podem arrastar figuras que importa preservar, pelo papel que desempenharão na construção da verdadeira unidade popular, a construir na resistência popular activa e não fora dela.



# III CONGRESSO



Tiveram lugar em Lisboa, de 8 a 11 de Dezembro último as sessões finais de trabalho do III Congresso do MES, que culminará no próximo dia 11 com uma sessão pública para divulgação das conclusões adoptadas. Durante quatro dias, mais de 200 delegados representando as diversas regiões do país e sectores de intervenção trabalharam para dotar o partido de uma orientação clara, dando resposta a um conjunto de insuficiências que se vinham avolumando desde a inversão do processo revolucionário provocada pelo golpe de direita do 25 de Novembro, insuficiências essas que o II Congresso (Fevereiro de 1976) não conseguira superar.

Os trabalhos do III Congresso não se limitaram às suas sessões finais. Com efeito, o processo de discussão interno fôra aberto há cerca de 1 ano, com a I Conferência Nacional de Quadros e prosseguira com outras realizações de âmbito regional e nacional, as últimas das quais foram encontros sectoriais dedicados à Reforma Agrária e ao Trabalho Sindical do partido.

O debate e decisões das sessões finais incidiram sobre o Relatório do Comité Central, as alterações aos Estatutos, Resoluções respeitantes à organização partidária e uma Resolução Política. Finalmente, precedeu-se à eleição do novo Comité Central.

## PRINCÍPIOS E ORGANIZAÇÃO DO MES NO CAMINHO DA SUA TRANSFORMAÇÃO

Nos novos Estatutos aprovados, o MES passa a definir-se como uma organização política revolucionária que luta pelo comunismo, colocando como tarefa central da sua prática a luta pela criação do Partido Revolucionário da Classe Operária. O Congresso, reconhecendo a necessidade de um Partido revolucionário e dirigente da classe operária para a vitória da revolução em Portugal e verificando a sua inexistência, aponta o caminho da transformação do MES numa força comunista e consagra o marxismo-leninismo como pilar fundamental da sua acção e transformação.

Os novos Estatutos e a Resolução sobre política organizativa aprovada apontam para o reforço da capacidade de intervenção do MES no movimento popular e na vida política portuguesa, e para uma maior coesão interna, à luz dos princípios do centralismo democrático.

## CLARIFICAÇÃO DO PROGRAMA POLITICO - A NATUREZA DA REVOLUÇÃO EM PORTUGAL

A Resolução Política adoptada pelo Congresso clarifica e aprofunda os princípios e programa que fazem do MES uma corrente política independente no seio do movimento operário português.

Para nós, a natureza da Revolução portuguesa é socialista e o seu carácter é proletário. O MES coloca o Poder Popular no centro da luta pelo socialismo. Muitos se reclamam do socialismo, muitas injustiças se cometeram em nome do socialismo, muitos países onde o capitalismo se restaurou sob a forma de um capitalismo de estado se proclamam socialistas. Contra todas as formas de oportunismo e revisionismo, há que apontar a via do socialismo, como o caminho em que o povo toma nas suas próprias mãos a resolução dos seus problemas, a satisfação das suas necessidades, e a conquista da sua própria libertação.

O nosso partido luta, assim, pela defesa e aplicação de todas as formas de controle popular sobre a produção e o consumo, sobre a vida social e política. É esta a forma de enraizar no seio das massas populares uma verdadeira alternativa revolucionária ao capitalismo.

Para erguer uma alternativa, é tarefa dos revolucionários forjar instrumentos que consolidem as alianças necessárias entre as classes e sectores sociais decisivamente interessados na Revolução Socialista.

O proletariado rural e urbano, o campesinato pobre, os trabalhadores proletarizados dos serviços e os outros sectores do semi-proletariado urbano e sectores da pequena burguesia radicalizados pela crise capitalista, eis o bloco social que nas cidades e nos campos há que unir e organizar em torno do programa da Revolução Proletária e Socialista, bloco onde se integram também os artistas e intelectuais progressistas, os quadros técnicos interessados em servir o desenvolvimento económico e social independente do nosso país, bloco onde as mulheres e os jovens têm lugar bem definido na luta contra a marginalização e opressão de que são vítimas.

## UMA TÁCTICA ADEQUADA À ACTUAL FASE DA LUTA DE CLASSES EM PORTUGAL

Partindo da análise da actual situação política, a Resolução Política aprovada no Congresso aponta a direita reacção e fascista e o imperialismo como os inimigos principais e destaca quatro conclusões principais:

- A actual fase da democracia burguesa limitada vai prevalecer sobre qualquer outro tipo de regime. São pois de rejeitar as teses do golpe fascista a curto prazo, que conduzem a graves erros na avaliação das necessidades de organização popular para a resistência.

- A burguesia portuguesa não encontrará a sua unidade em torno de um projecto nacionalista, mas sim em torno de um projecto autoritário e repressivo patrocinado e apoiado pelo imperialismo.

- A política do PS é uma política de cedências à direita e ao imperialismo, da abertura da via da recuperação capitalista conforme amplamente demonstra o seu entendimento presente com o CDS.



mento presente com o CDS.

- A política reformista do PCP só pode conduzir o movimento popular à derrota: - a conciliação e o recuo não são saída para os trabalhadores.

A táctica que o MES adopta consiste em não colaborar na recuperação capitalista, em não aceitar o Pacto Social da miséria e do desemprego, em manter a crise da direcção da burguesia em aberto, enquanto se acumulam forças que permitam relançar a ofensiva popular. Deste modo, numa altura em que a burguesia faz aprovar leis que põem em causa a própria Constituição, o nosso partido considera que todas as armas políticas que sirvam para defender as conquistas, e a Constituição que as consagra, são em última análise constitucionais.

## RESISTÊNCIA POPULAR ACTIVA

A Resolução aprovada no III Congresso aponta como grande tarefa táctica do nosso partido o erguer da plataforma de luta da Resistência Popular Activa, debaixo da orientação global da luta por uma alternativa popular e revolucionária para a crise, sintetizada na luta por um Governo de Unidade Popular, que a vitória da Resistência Popular à ofensiva burguesa tornará possível. A Resolução salienta, entretanto, que o papel do nosso Partido, na actual fase de resistência, não é o de apontar ilusões de alternativas ao governo do Dr. Soares ou quaisquer outros governos burgueses que lhe sucedam. Com efeito, o movimento popular e as forças revolucionárias não estão em condições de, na fase actual, imporem soluções de governo. Nesta fase, a nossa táctica deve assentar, sim, no combate à restrição das liberdades de organização e intervenção dos revolucionários na vida política e, nesse sentido, combater tentativas de formação de governos cada vez mais autoritários e repressivos.

A plataforma de luta da Resistência Popular Activa, orienta-se para três grandes objectivos:

- Defesa das liberdades político-sindiais e o combate ao novo autoritarismo burguês e ao renascimento do fascismo;
- Defesa e melhoria do nível de vida das massas, trabalhadoras e recusa do Pacto Social de miséria e da austeridade capitalista;
- Defesa das transformações económicas e sociais conquistadas e combate à crescente ingerência imperialista no nosso país.

As tarefas da resistência devem ser solidamente ligadas à conquista das condições políticas que tornem possível o relançamento da ofensiva popular, sem o que se cairia no espontaneísmo e na "resistência pela resistência".

As tarefas da resistência devem ser solidamente ligadas à conquista das condições políticas que tornem possível o relançamento da ofensiva popular, sem o que se cairia no espontaneísmo e na "resistência pela resistência".

## ALIANÇAS POLITICAS PARA A RESISTÊNCIA

Do movimento sindical à luta dos moradores pobres, do movimento de defesa da reforma agrária às lutas no

sector escolar, das autarquias locais ao terreno cultural e à luta das mulheres e dos jovens contra a marginalização, há que fazer esforços de organização e tomar iniciativas amplas para a consolidação de frentes de luta. Nestas frentes se organizarão unitariamente todos os que escolhem a Resistência e rejeitam o recuo puro e simples e a conciliação. É dessas frentes parciais que poderá nascer a frente de massas anti-fascista, anti-capitalista e anti-imperialista necessária ao relançar da ofensiva popular.

Os esforços de constituição das frentes parciais implicam que o nosso partido adopte uma política flexível de alianças políticas.

Neste sentido, o Congresso rejeitou qualquer tipo de compromisso global estável e preferencial com qualquer força política. Os compromissos a realizar pelo MES na actual fase terão como objectivo conseguir agrupar a máxima força nas batalhas concretas da resistência popular activa e na intervenção nas batalhas políticas globais, seja no terreno da resistência ao avanço do autoritarismo burguês e ao renascimento de tendências fascistas e da resistência à ingerência imperialista, seja na necessidade de erguer uma alternativa com crédito à influência e peso do reformismo revisionista.

## UM PARTIDO EM TRANSFORMAÇÃO E VIRADO PARA A LUTA

A realização do III Congresso do MES constituiu um marco de extraordinária importância no amadurecimento dos seus quadros políticos, que permitirá a coexistência de posições divergentes sobre alguns pontos da linha táctica, e a continuação consequente de um amplo debate interno, mas sem quebra da disciplina na aplicação do programa adoptado.

As decisões do Congresso, que a prática dos militantes irá experimentar e aprofundar, apontam para o empenhamento do MES na luta de massas e no movimento operário e popular. Em particular no terreno do movimento sindical, principal bastião do movimento popular de massas, o nosso partido lutará pela afirmação da corrente revolucionária que, dos locais de trabalho às assembleias sindicais e aos órgãos máximos da CGTP-IN, vem agrupando activistas dispostos a combater a cisão sindical e a aceitação do pacto social, pela reestruturação democrática do movimento, numa alternativa revolucionária independente do reformismo conciliador e controlerista e também do radicalismo oportunista e sectário.

Em todos os outros sectores do combate democrático e socialista, os militantes do MES contribuirão activamente para, na base de uma unidade ampla, organizarem a resistência.

# LEVAR O CONGRESSO À PRÁTICA!

ENTREVISTA COM O CAMARADA NUNO TEOTÓNIO PEREIRA

PP- Qual te parece o aspecto mais importante do III Congresso?

R- É uma realidade que o grande debate que se desenvolveu ao longo de todo o ano no Partido e que culminou no Congresso foi travado em torno de questões estritamente políticas - táctica e alianças. É também verdade que uma definição clara acerca destas questões correspondia a uma necessidade premente que se sentia a todos os níveis. Mas eu penso que o aspecto mais importante do Congresso - embora não tivesse explicitamente sido objecto de grandes discussões - se situou ao nível da definição ideológica e da construção partidária: a necessidade de o MES aprofundar os seus objectivos estratégicos e princípios ideológicos, de se dotar de uma linha política adequada a uns e a outros e finalmente de construir uma organização em condições de fornecer o indispensável suporte material a essa alternativa.

Explicando melhor: eu penso que o verdadeiro debate - que só nas sessões ficou claro - não era entre determinadas alternativas ao nível da táctica e das alianças, mas entre os princípios ideológicos e opções partidárias que estavam subjacentes a essas alternativas.

PP- Mas queres dizer dizer com isso que a organização da discussão no seio do Partido, e que culminou nas sessões finais do Congresso, foi erradamente centrada em volta de questões que não eram as mais importantes?

R- Eu não quero dizer isso, pois entendo que a discussão foi sendo ordenada a partir das questões sentidas pelo Partido e segundo um processo de sucessiva clarificação. O que me parece é que as questões estritamente políticas funcionaram como um revelador de opções partidárias, que não estiveram no centro do debate, mas que constituíram o seu fundamento.

Aliás, esta ligação profunda entre táctica e alianças e a construção partidária foi igualmente nitida entre aqueles e o projecto estratégico - embora este não tivesse também sido discutido explicitamente. A necessária unidade entre os diferentes níveis da definição partidária - objectivos estratégicos, princípios ideológicos, táctica e construção

partidária - foi também uma das vitórias do Congresso, e que prova termos atingido uma maturidade que não existia antes.

PP- Queres apontar alguns exemplos dessa maturidade, como ela se pode comprovar ao nível da prática?

R- Um dos exemplos que penso ser mais importante é o que respeita às questões de organização. Perante o desprezo que tem existido em muitas zonas do Partido face às tarefas organizativas, e perante a persistente separação entre política e organização que tem existido entre nós, o Congresso venceu com firmeza a dimensão eminentemente política das questões organizativas. Este resultado não está apenas expresso nos textos sobre Política Organizativa: ele está assumido pelo Partido, a partir da nossa própria experiência, semeada de tentativas de intervenção política falhadas por não disporem do necessário suporte material.

Outro exemplo dessa maturidade, ligado aliás ao anterior, foi a rejeição de soluções de facilidade, marcadas por uma visão imediatista e triunfalista. Posições deste tipo, defendidas ora com arrogância ora com ingenuidade, e roçando às vezes pelo oportunismo, assinalam a história do MES e são responsáveis por algumas das derrotas que sofremos, tendo produzido estragos nas nossas fileiras e o desânimo entre muitos daqueles que defendem a nossa alternativa política.

Creio que, com o III Congresso, o Partido ficou dotado de uma visão mais objectiva e consciente do longo combate pela Revolução, que lhe permitirá situar correctamente cada batalha política, e ao mesmo tempo assumir, com paciência, tenacidade e firmeza revolucionárias, as tarefas quotidianas desse longo combate.

Entretanto, ao falar de maturidade, há mais uma coisa que me parece ter sido bastante evidente no Congresso e que julgo da maior importância: é que as decisões tomadas não representam "opiniões", nem são produto da cabeça de alguns dirigentes, mas expressam a experiência e a força do Partido, caldeadas na luta do nosso povo.

Este foi um dos aspectos, mas apenas um de entre muitos, que distingue

claramente este Congresso dos anteriores.

PP- Essa insistência na maturidade, esse enaltecimento dos resultados do Congresso, não podem trazer o perigo de voltarmos a cair em posições triunfalistas e darmos como adquiridas certas aquisições?

R- Eu acho que precisamente o Congresso deu maior capacidade para recusar soluções ilusórias, para olhar a realidade, para ver e agir com o Partido - e não fora dele ou acima dele.

Por outro lado, a luta ideológica que se desenvolveu ao longo do processo do Congresso não vai cessar, pois ela deriva da nossa própria ligação às lutas e ficou bem provada a sua necessidade como factor de avanço e de fortalecimento do Partido: o que vai é desenrolar-se num quadro diferente.

Efectivamente, ao longo do ano passado, a luta ideológica correspondia à necessidade do MES demarcar com clareza o seu espaço político. Após o Congresso, o nosso objectivo terá de ser a ocupação desse espaço político. E é a este espaço político que a luta ideológica terá de se subordinar, mantendo o seu papel crítico de clarificação e aprofundamento, que contraria tanto a burocratização como o espontaneísmo, o dogmatismo como o subjectivismo.

PP- Falaste de um objectivo para o período a seguir ao Congresso. O que pensas serem as condições para se atingir esse objectivo?

R- Para já, é necessário afirmar que a ocupação do espaço político que nos corresponde é uma tarefa longa, que exigirá uma luta prolongada. Mas exactamente por ser longa, ela não pode sofrer demoras. Por outro lado, trata-se de um combate que não devemos travar só: só no seio das massas, bem no coração das suas lutas, é que poderemos atingir esse objectivo. Mas, para que seja possível começarmos a caminhar na sua direcção, dando passos concretos, duas condições são absolutamente indispensáveis:

- A primeira, é tornar visível aos olhos das massas a nossa alternativa; sabemos como ela é apagada e confundida muitas vezes. Pois bem: trata-se de a tornar claramente definida e demarcada, tanto ao nível da propaganda, como



ao nível do movimento de massas - levantar a bandeira do MES e mantê-la bem erguida nos momentos mais acesos da luta.

Mas isto supõe duas coisas: mostrar de forma bem visível que temos uma alternativa e provar ao mesmo tempo no terreno de luta que essa alternativa é real.

A necessidade cada vez mais premente de estarmos presentes e activos em processos de unidade exige a maior vigilância para que esta condição seja satisfeita.

- A segunda condição é a de construirmos um partido que mereça a confiança dos trabalhadores - não só pela correcção das suas posições políticas - mas também pela bem pela sua coesão e firmeza, pela sua capacidade de resposta às exigências da luta, pela utilização permanente de métodos sérios e eficazes de trabalho.

PP- Não queres dizer mais nada sobre o Congresso?

R- Eu acho que é necessário falar sobre o Congresso, discutir o Congresso. Mas não demasiado, porque o mais importante e urgente é aplicar o Congresso. Por isso fico por aqui. Mas uma coisa quero fazer ressaltar: é que o Congresso também provou a força da unidade do Partido.

Os nossos inimigos diziam que o MES ia cindir no Congresso, que o MES ia acabar. Nós sabíamos que não, mas o Congresso forneceu a prova real da nossa unidade.

Mas a questão não é o MES acabar, porque enquanto portador de uma alternativa própria e consequente, o nosso partido não acaba. A grande questão, e essa está nas nossas mãos, é essa alternativa ser erguida e suportada, por forma a desempenhar o papel insubstituível que lhe cabe na Revolução Proletária e Socialista que há-de transformar a nossa sociedade, derrubando o poder da exploração e da opressão.

Contra a ofensiva da direita,  
o Pacto Social  
e a ingerência imperialista  
Ergamos a Resistência  
Popular Activa!



O CASO EDMUNDO PEDRO

# 25 DE NOVEMBRO DESMASCARA-SE

Em 29 de Janeiro de 1976 o "Poder Popular" publicava o Relatório Preliminar do Inquérito Popular sobre os acontecimentos do 25 de Novembro realizado por um grupo de camaradas membros de Comissões de Soldados, Trabalhadores ou de Moradores que desta forma responderam ao "Relatório Preliminar do Inquérito ao 25 de Novembro", elaborado pelas autoridades militares, pondo a nu as mentiras e os objectivos desta ficção legal.

Nesse Relatório Popular o 25 de Novembro era apresentado como "o dia em que a burguesia e o imperialismo, desencadeando um golpe político-militar cuidadosamente amadurecido, conseguem restabelecer as condições indispensáveis à recomposição do seu poder político e militar e à organização do aparelho repressivo, infligindo pesada derrota ao povo trabalhador e submetendo-o de novo a toda a brutalidade da ditadura da burguesia". Como causa determinante do golpe é aí apontado com clareza "o perigo que corria o poder da burguesia e do Imperialismo em Portugal, perigo derivado da organização crescente do povo trabalhador e dos seus aliados" numa situação "de confronto radicalizado de classes e dos seus representantes políticos e militares".

Nas suas conclusões podia ler-se acerca do plano do golpe:

"Esse plano político-militar pode ser definido com exactidão como sendo um golpe reaccionário destinado a inverter o curso do processo político português."

No Relatório era analisado o papel desempenhado por algumas forças políticas podendo aí, entre outras coisas, ler-se a respeito do PS: "Tinha infiltrações em quase todas as unidades (militares). Tinha constituído uma direcção político-militar e estabelecido um plano operacional (...) Em averiguações: o armamento de que dispunha o PS."

A versão oficial, tentando apresentar o 25 de Novembro como resposta dos democratas "embuidos do verdadeiro espírito do 25 de Abril" a um golpe planeado e executado pela esquerda, sofreu agora um forte abalo com o caso Edmundo Pedro e reacções por ele provocadas a nível do poder militar e das forças políticas comprometidas com o golpe reaccionário.

Através de um comunicado o EME assumiu publicamente a responsabilidade da "distribuição de armamento a elementos democráticos" durante o 25 de Novembro. O advogado de Edmundo Pedro, e como ele

destacado dirigente do PS, afirma, acerca das armas distribuídas pelo EME, que elas atingiram o número de três a quatro mil.

Quanto aos golpistas do 25 de Novembro, admite-se, descarada e arrogantemente, que se tratou de um "grupo que tinha resolvido inverter o processo revolucionário em curso" e que tinha "no que se refere à parte militar, o seu posto de comando situado na Amadora, de que era chefe Ramalho Eanes", recordando "a quebra de hierarquia verificada no 25 de Novembro, hierarquia que (...) se havia afastado do espírito do 25 de Abril". (Expresso de 21 Janeiro)

Desde 25 de Nov. que as t.n.h.a no congelador para o p.n. e no q.p.e.z.i.n.u.



A burguesia mostrou-se uma vez mais incapaz de respeitar até a legalidade que ela própria vai forjando para reprimir os que ameaçam o seu poder, não hesitando em deitar para trás das costas, quando isso lhe convém, as "leis democráticas", "o Estado de Direito", etc. Não nos podemos esquecer que, ao abrigo da "versão oficial", que consta do Relatório do Inquérito do 25 de Novembro, dezenas de militares foram presos e afastados das Forças Armadas - no dia em que o relatório foi publicado, 25 de Janeiro de 1976, Otelo foi preso.

Como muito bem afirmou um grupo de advogados desses militares, o comunicado do EME "é a mais acabada e involuntária denúncia do relatório do 25 de Novembro que tem servido de base política às medidas excepcionais políticas de que os militares de Abril têm sido e são objecto".

No momento em que a "versão oficial", em que ninguém de resto acreditou, é posta em causa pelos próprios autores e em que o 25 de Novembro é claramente assumido por estes como a travagem do processo revolucionário iniciado em 25 de Abril, importa obrigar o poder burguês

constituído a respeitar a sua própria legalidade.

Cabe aos revolucionários exigir resposta a várias questões:

- quantos "elementos democráticos" foram armados?

- quantos continuaram armados?

- que papel estava previsto para estes "elementos democráticos" desempenharem na defesa da sua "democracia"?

- porque se manteve, e se teria continuado e manter, o povo português na ignorância de tudo isto?

- qual o papel do general Galvão de Figueiredo e do Ten-Coronel Figueira em todo este processo? Desempenharam esse papel por sua iniciativa?

- porque motivo foram e continuam saneados militares de Abril com base num amontoado de acusações falsas e não provadas quando é o próprio EME (quem se pretende proteger com esta sigla?) a reconhecer a sua responsabilidade em actos de natureza igual aos que serviram de base aquelas acusações?

O Povo tem direito a fazer estas perguntas e os revolucionários têm obrigação de lutar para que as respostas sejam dadas.

## BANCÁRIOS

No seguimento de um comunicado a todos os bancários denunciando a actuação dos corpos gerentes do Sindicato, subscrito pelos organismos dos bancários do MES, FO, MSU e UDP e a apresentação à Mesa da Assembleia Geral de um pedido de assembleia geral para análise do comportamento da Direcção e sua possível destituição, os referidos corpos gerentes encetaram mais uma manobra golpista que se

pensa a última de toda uma actuação de traição à classe praticada nestes nove meses de mandato, nomeadamente no processo de contratação que pretendiam paralisar. Com efeito, perante a evidência da mobilização dos bancários que essas acções motivaram, a Direcção e demais corpos gerentes resolveram pedir a demissão e convocar novas eleições para o próximo dia 1 de Abril. Pretende-se com isso, habilitemente, fazer passar pouco notado o descrédito patente da linha sindical do PPD.



## PETROGAL

Estão a realizar-se, neste momento, em todas as zonas da Petrogal, plenários para discussão de formas de luta a adoptar contra medidas recentes do Conselho de Gerência. Estas medidas incluem a criação de um denominado "Quadro Geral Transitório", agrupando os trabalhadores que a gerência considere excedentários, e um regulamento de preenchimento de lugares que dá

à gerência e aos directores gerais plenos poderes para fazerem nomeações, obstruindo, ao mesmo tempo, o controle dos trabalhadores sobre nomeações e admissões.

A nível da organização dos trabalhadores, pensa-se que o Quadro Geral Transitório, primeiro passo para um verdadeiro quadro de adidos, possa ser uma tentativa de experimentar nesta empresa pública de 7.000 trabalhadores aquilo que se poderá vir a aplicar em outros sectores.



## SOREFAME

Os trabalhadores da Sorefame (Amadora) e Construtora Moderna (Amora) paralizaram, por duas horas, no passado dia 23 de Janeiro, exigindo a anulação da suspensão de cinco camaradas metalúrgicos pela administração. Estes trabalhadores haviam sido porta-vozes de uma decisão dos seus camaradas de secção no sentido de não serem arrancados cartazes de propaganda sindical, como pretendia a administração da empresa. Os trabalhadores dispõem-se assim

a resistir contra tentativas de cortar a actividade sindical na empresa e de intimidar e reprimir os activistas sindicais.



# CENTRAL NUCLEAR

## DE SEMPRE E DO



# E MORTE

Realizou-se a 21 e 22 de Janeiro, nas Caldas da Rainha, o 1º Festival pela Vida contra o Nuclear.

Procurando ser um ponto de partida para a dinamização de um processo de consciencialização popular contra a ameaça nuclear, esta iniciativa, promovida por diversos grupos ecológicos existentes no nosso país, representou, apesar da tímida adesão das populações das zonas das Caldas a Peniche, um acontecimento importante pois mostrou que o movimento anti-nuclear e ecológico está vivo e em ascensão em Portugal.

No Festival destacou-se um colóquio acerca da energia nuclear e suas alternativas energéticas e uma marcha, no domingo, da aldeia de Ferrel até ao local onde se pretende instalar a "central da morte". A energia nuclear é hoje um recurso do capitalismo, após o aumento do preço do petróleo no início dos anos 70. Pondo em risco as vidas das populações

e trazendo elevados encargos financeiros para a sua construção e manutenção, fazendo uso de combustíveis esgotáveis a médio prazo, a energia nuclear não é a energia do futuro! E prova disso é também o facto de o movimento anti-nuclear que explodiu na Europa Ocidental ter colocado grandes dificuldades à utilização por parte dos países capitalistas e dos

monopólios da indústria de construção de centrais desta forma de energia.

É também um recurso do capitalismo moderno pois com este "advento", os monopólios energéticos aceleraram as suas investigações no sentido de estudar o aproveitamento das energias limpas (não poluentes), inesgotáveis e gratuitas que são as do Sol, das marés e dos ventos. Se defendemos estas energias limpas não o fazemos no abstracto como alguns ecologistas, temos em conta as tentativas do seu aproveitamento por parte do capital.

As dificuldades criadas à instalação de centrais nucleares na Europa Ocidental levou à transfe-

rência dos contratos de construção de centrais para os países mais recuados entre os quais Portugal.

Alertamos em especial os trabalhadores agrícolas de Ferrel e os pescadores de Peniche contra a ilusão do emprego e da prosperidade alimentada ora pelo governo ora pelos defensores

das centrais nucleares que aparentemente a construção e o funcionamento da central nuclear promete trazer.

O MES apoiará e dinamizará todas as iniciativas que se oponham à aplicação de qualquer plano nuclear no nosso país.



ESCRITÓRIOS DE LISBOA

# HÁ QUE TIRAR TODAS AS LIÇÕES !

O esforço de propagação das forças presentes na eleição para os corpos gerentes do Sindicato dos Escritórios de Lisboa demonstrou a importância deste movimento sindical português, não só por ser um dos maiores sindicatos de serviços em associados e capacidade financeira, mas porque neste processo, as forças de cisão sindical jogavam uma cartada decisiva.

A unidade das forças cisionistas (PS/PSD/CDS) em torno da lista A mostrou claramente o seu interesse pelo controle do Sindicato.

A campanha desta lista caracterizou-se pela utilização de vultosos recursos de propaganda (pagos por quem?) e promessas demagógicas e pelo apoio descarado das instâncias do poder (ver entrevista do cartabertista Vítor Hugo Sequeira à RDP e a exploração pela imprensa burguesa da portaria de miséria aprovada por ministros demissionários e lançada a público no momento mais oportuno).

Os corpos gerentes que

resultaram desta eleição, com objectivos claros de divisão do movimento sindical, fazem prever desde já a orientação que se procurará imprimir ao Sindicato: - paralização, desmobilização dos trabalhadores das lutas que se avizinhavam e o seu afastamento da estrutura sindical, aceitação das imposições que o governo e o FMI tentaram fazer aceitar aos trabalhadores. Para além disso, pode prever-se ainda o prosseguimento da política de gabinete na linha da aceitação do Pacto Social, a continuação da linha anti-democrática de fuga ao esclarecimento, debate e decisão dos trabalhadores em amplas Assembleias gerais e a tentativa de dar nova vida à Carta Aberta e de levantar o embrião da Central paralela, através da projectada Federação dos Sindicatos de Serviços.

Convém lembrar que no programa da lista A vencedora, se diz que a direcção não aceitará decisões de assembleias "mi-

noritárias" que contrariem o programa da candidatura.

## O PROCESSO ELEITORAL

Pela análise das forças em presença no sector e das suas presumíveis acções, ficou claro, muito antes do início da campanha eleitoral, que a luta fundamental que se iria travar seria contra a cisão. Esta teria, pois, que ser a orientação das forças político-sindical que inscrevem no seu programa a luta contra o Pacto Social e pela unidade do movimento sindical, como é o caso da UDP/PCP(R).

Neste processo, no entanto, a UDP/PCP(R) veio a actuar com um sectarismo primário, sob a argumentação de ser necessário combater o controle e hegemonia dos elementos afectos ao PCP na lista da unidade. Acabou, assim, por autoexcluir-se por sua iniciativa do processo de formação da lista de unidade, em que participara inicialmente, para formar a sua própria lista. A acção de formação desta lista

(mil) demonstrou assim, mais uma vez, a ausência de uma política sindical no mínimo coerente com os princípios políticos globais defendidos. Fica, assim, desmentida a autocritica pública feita pela UDP no seu III Congresso.

A luta contra a hegemonia do reformismo revisionista e por uma alternativa revolucionária no movimento sindical passa pela resposta política e organizativa que defenda os interesses dos trabalhadores e vá de encontro ao seu anseio de unidade, e não por acções sectárias, para as quais se arranjam posteriormente pretextos.

## QUE FAZER NO SINDICATO APÓS A VITÓRIA DA CARTA ABERTA

Aos revolucionários cabe agora o papel insubstituível de lutar contra a instrumentalização do Sindicato pelas forças cisionistas e de unir todos os

trabalhadores interessados nessa luta, incluindo os que votaram na lista A e se venham a aperceber do logro em que caíram.

A partir de agora, vai ser necessário lutar com mais firmeza dentro do Sindicato e nas empresas, tendo em vista os seguintes princípios e objectivos:

- Enraizar solidamente o Sindicato nos locais de trabalho;
- Mobilizar os trabalhadores para o funcionamento democrático do Sindicato;
- Lutar activamente contra a cisão e o Pacto Social;
- Transformar o Sindicato num instrumento de luta pela unidade e organização ao serviço dos interesses dos trabalhadores.

Consolidar e alargar a alternativa revolucionária no Sindicato e no movimento sindical unitário.



## PREVIDÊNCIA :

# não à PRT/Estatutos ! sim à revisão do CCT !

Sabe-se que o I Governo PS entalado como estava com compromissos internacionais, vendido como estava ao imperialismo não poderia fazer uma política que favorecesse os trabalhadores.

Assim é que nos diversos sectores vão surgindo conflitos vários, motivados pela congelação dos CCT's enquanto o custo de vida sobe vertiginosamente.

Efectivamente os trabalhadores da Previdência têm ultimamente reclamado a revisão do seu CCT, enquanto que o Ministério dos Assuntos Sociais, neste caso equivale ao patrão por intermédio do Secretário de Estado da Segurança Social, tem vindo sucessivamente a iludir e a adiar a questão. Até que, finalmente, impôs uma Portaria Regulamentadora de Trabalho

Recordemos algumas fases do processo:

-O CCT deveria ter sido revisto em Janeiro de 1977;

-Em Maio de 1977 foi

feita uma tentativa de concentração junto do Ministério dos Assuntos Sociais, a qual não chegou a concretizar-se, devido a manobra do S.E.S.S. que assinou uma acta em conjunto com a C.S.N. comprometendo-se a negociar o Contrato

-Em 20/6/77 é assinado pelo S.E.S.S. o protocolo das negociações para início em 29/6/77. Na prática não passou de nova manobra de adiamento em que os trabalhadores mais uma vez foram enganados;

-Em 19/7/77 o S.E.S.S. envia uma nota suspendendo as negociações (que nunca existiram na prática)

-Em 16/9/77 saiu um despacho do S.E.S.S. em que nomeia (unilateralmente) três elementos de outros Ministérios e oferece oito lugares aos representantes dos trabalhadores para discussão da Portaria, documento este que substituiria o CCT;

-Em 17/10/77 concentração dos trabalhadores junto ao M.A.S.;

-Em 29/11/77 paralização a nível nacional dos trabalhadores da Previdência 2 horas sendo nos Postos Clínicos a paralização simbólica de 15 minutos;

-Em 2 e 3 de Dezembro, em Plenário reunido para o efeito, foi entendido que se faria nova paralização em 16 desse mês;

-Em 9 de Dezembro, devido à queda do Governo e, em novo plenário, os Sindicatos afectos à linha PC votam contra a nova paralização, argumentando que não havendo governo não sairia a P.R.T. Estes Sindicatos não estavam interessados em arranjar problemas ao partido que naquela altura procurava participar nas conversações para formação do Governo.

(Verificou-se mais tarde que, embora caído, o governo, este continuava a legislar, tanto assim que o diploma que se receava acabou por sair precisamente neste período, ou seja, a Portaria nº 38-A/78 de 19 de Janeiro foi posta em vigor a partir de

1/1/78);

Em 10/1/78, não obstante todos os esforços do M.A.S. e do S.E.S.S. para desmobilizar os trabalhadores dá-se lugar a nova paralização, desta vez de 3 horas, nas Instituições de Previdência e sedes dos Serviços Médico-Sociais e meia-hora nos Postos Clínicos;

-Em 19/1/78 há uma jornada de greve total apesar de, na véspera, através dos meios de comunicação ao seu dispor, o governo ter feito publicidade da Portaria, a qual, segundo informava, conteria substancial aumento da massa salarial.

Mesmo assim, os trabalhadores foram para a greve, verificando-se a nível nacional uma aderência de cerca de 75%.

Como se vê o governo tem, sucessivamente, tentado desmobilizar os trabalhadores, para os dividir e para finalmente os derrotar.

O comportamento do governo, neste caso e noutros não difere pois, muito, da entidade patronal privada.

Os trabalhadores da Previdência mais consci-

entes, porém, não se deixaram intimidar por estas manobras nem pela táctica reformista de pôr a sua luta a reboque das nego-

ciatas de gabinete para formar governos e saberão apontar aos seus colegas de trabalho o caminho a seguir e traduzidos nas palavras de ordem:

**ASSINATURA**

# Poder Popular

MES

Jornal Quinzenal  
— Sai as 5.ªs feiras  
Propriedade  
do Movimento de Esquerda Socialista

Administração - Redacção  
Av. D. Carlos I - 132, Lisboa  
Telefone 66 26 29  
Composição e Impressão  
Renascença Gráfica S.A.R.L.  
Rua Luz Soriano, 44 - Lisboa

6 meses 70\$00       12 meses 130\$00

apoio 250\$00

estrangeiro Europa 500\$00

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

ENVIO CHEQUE N.º \_\_\_\_\_ BANCO \_\_\_\_\_

ENVIO VALE DE CORREIO N.º \_\_\_\_\_



PLENÁRIO NACIONAL DE SINDICATOS

# JORNADA NACIONAL DE LUTA PELO CADERNO REIVINDICATIVO

Realiza-se no próximo dia 4 de Fevereiro mais um plenário nacional de sindicatos. A sua importância torna-se evidente já que o movimento sindical unitário constitui o pilar fundamental do movimento de resistência das massas trabalhadoras à política de recuperação capitalista que o novo governo direitista PS/CDS irá tornar mais intensa e repressiva.

Por outro lado, estamos no momento em que passa um ano sobre a realização do Congresso Sindical de Janeiro de 77, um ano sobre a aprovação dum orientação bem definida para a acção da CGTP - IN, especialmente contida no Caderno Reivindicativo e na Resolução.

O plenário nacional de sindicatos de dia 4 tem por uma pesada responsabilidade: trata-se de concretizar e actualizar os objectivos contidos no Caderno Reivindicativo aprovado no Congresso e de traçar as formas de luta necessárias para os alcançar.

O movimento sindical unitário tem vindo a ser atravessado por um confronto de posições centrado em torno das formas de luta a adoptar contra o avanço da política de recuperação capitalista, contra os ataques continuados às conquistas populares. No centro deste confronto está a questão da jornada nacional de luta desde que as direcções sindicais que se batem por uma firme orientação revolucionária e de classe para o movimento sindical português apresentaram e defenderam no plenário de 16 de Julho uma proposta de convocação dum greve geral de 24 horas pelos CCT's, contra a repressão patronal e capitalista e pela defesa das conquistas populares. Esta proposta recolheu, na altura, o apoio de direcções que representam mais de trezentos mil trabalhadores.

Desde então, e sob uma crescente pressão das massas trabalhadoras e da maioria dos delegados sindicais, têm vindo a travar-se no seio da CGTP - IN uma confrontação entre a posição reformista dominante a nível das direcções sindicais e do Secretariado e a posição revolucionária minoritária mas com expressão significativa a todos os níveis da CGTP - IN.

Demonstrando a maturidade que lhe é dada pelo facto de estar na própria base da formação da Inter-sindical em plena luta contra o fascismo, a corrente sindical revolucionária tem sabido lutar convenientemente pela aplicação do caderno reivindicativo do Congresso dos Sindicatos na base da força adquirida pela mobilização dos trabalhadores a partir dos locais de trabalho.

Em 8 de Outubro o plenário nacional de sindicatos aprova uma resolução em que a jornada nacional de luta é expressamente apontada como forma superior de luta a adoptar pelo movimento sindical unitário

face ao agravamento da situação dos trabalhadores portugueses. A acção dos revolucionários passa então a orientar-se para que esta resolução seja levada à prática. As lutas sectoriais e regionais desenvolvem-se, o movimento sindical unitário demonstra em importantes manifestações nos principais centros do país a sua vitalidade e, ao mesmo tempo a disposição ao combate por parte das largas massas trabalhadoras que querem defender as suas conquistas e o nível de vida atacado em força pela subida dos preços.

A maioria reformista no secretariado da CGTP-IN volta a funcionar e em todo o período que abrange a interrupção das negociações com o FMI, a queda do I Governo do Dr. Soares e a formação do governo direitista PS/CDS o movimento sindical unitário fica parado, o encadear das lutas é quebrado e os trabalhadores portugueses e o seu movimento sindical de classe não tem toda a crise política a intervenção decisiva que lhes compete na luta contra a formação de um governo mais à direita. Na base deste grave erro político está a conciliação reformista, a tentativa vã de obter resultados através de negociações com as forças burguesas ao mesmo tempo que deliberadamente o movimento de luta das massas trabalhadoras é travado e boicoteado. Mas a jornada nacional de luta que o secretariado da CGTP-IN não convocou (ficou-se pela repetição exaustiva de frases como: "enquanto não houver governo não se pode fazer nada") quando lhe compete de forma a permitir uma intervenção activa dos trabalhadores, em plena crise política, contra o avanço da direita e a sua subida ao governo, continua a ser uma exigência do movimento operário e popular.

Para o MES que dá todo o seu apoio à consolidação dum corrente sindical revolucionária no seio da CGTP-IN na luta contra as manobras de divisão do movimento sindical unitário e na luta contra o pacto social da miséria e do desemprego, é este o sentido e a importância da jornada de luta que os trabalhadores portugueses e o seu movimento sindical têm que levar por diante contra a política repressiva e antipopular que o governo PS/CDS irá pôr em marcha.

Os revolucionários que soberam erguer o objectivo da jornada nacional de luta hoje aceite em palavras por todos no seio da CGTP-IN soberam igualmente mostrar o carácter radical e incorrecto das posições sindicais que se caracterizam por em cada realização global do movimento sindical apresentarem propostas sem conteúdo sobre a convocação da jornada nacional de luta em que apenas a data vai sendo adiada. Aliás a esta posição radical no plano da orientação das lutas corresponde uma posição objectivamente divisionista nas eleições sindicais - veja-se o papel da lista C (apoiada pela UDP) nas recentes eleições para o sindicato dos escritórios de Lisboa que colocando-se fora do movimento unitário de luta contra as manobras divisionistas da Carta Aberta lhe fizeram o jogo facilitando a sua vitória.

Para os revolucionários a jornada nacional de lu-

ta exige um enorme esforço de organização e mobilização e por isso tem que ser sempre precedida por lutas sectoriais e regionais que a precedam e preparem.

Por isto tudo no plenário nacional de sindicatos do dia 4 a posição dos revolucionários não pode deixar de se orientar pelos seguintes grandes princípios:

1º Reafirmar a necessidade da convocação dum jornada nacional de luta com a forma dum greve geral de 24 horas completando todo um processo de organizações, esclarecimento e mobilização a nível sectorial e regional.

2º Mostrar a necessidade de se opor à política repressiva e anti-popular que o governo direitista PS/CDS irá praticar uma movimentação de unidade e luta dos trabalhadores portugueses em torno de 5 grandes objectivos:

- Contra a repressão sobre o movimento sindical
- Contra os despedimentos e a subida do

custo de vida, pela liberdade sem restrições da contratação colectiva

- Contra a limitação dos aumentos salariais, pela actualização do salário mínimo e das tabelas contratuais
- Contra as exigências e as imposições vergonhosas do FMI, pela independência nacional
- Contra a política direitista do governo PS/CDS, pela defesa das conquistas em especial da reforma agrária e das nacionalizações

3º Lutar pela concretização do caderno reivindicativo do Congresso dos Sindicatos de acordo com os anseios e necessidades sentidas pelos trabalhadores portugueses como forma de dar conteúdo adequado ao processo que deve levar à realização da jornada nacional de luta. Neste aspecto tem particular importância as seguintes reivindicações:

- actualização imediata do salário mínimo nacional, das reformas e pensões de acordo com a subida real dos preços (cerca de 30% em 1977) e com a necessidade de reduzir as desi-

gualdades existentes - Alargamento do âmbito e do montante do subsídio de desemprego

- Não aceitação do novo decreto 49-A dos 15% ou de qualquer limitação administrativa dos salários
- Revogação do alargamento da vigência dos CCT's para ano e meio e luta por novas tabelas que entrem em vigor durante a vigência dos CCT's como forma de impedir a brutal baixa dos salários reais que se está a dar. Esta luta deve abranger desde já os CCT's a que foi aplicado o decreto dos 15% de miséria.
- Defesa das conquistas populares e dos direitos constitucionais dos trabalhadores e revogação das leis que os violam.

Estes são os princípios que todos os revolucionários devem saber defender na actual situação política e que poderão dar ao movimento sindical unitário todo o seu insubstituível papel no desenvolvimento da resistência popular activa contra o renascimento do fascismo, a recuperação capitalista e a ingerência imperialista.



**PROFES-  
SORES  
TÊM RAZÃO  
EXIGEM  
NEGOCIAÇÃO**

**10 JAN 78**

Com a paralisação geral marcada para amanhã, dia 2 de Fevereiro, completa-se todo o calendário da jornada de luta dos professores que é, antes de mais como o afirma a direcção sindical da zona da Grande Lisboa, "uma resposta às

sucessivas recusas por parte do MEIC em negociar uma proposta reivindicativa de carácter imediato, destinada a garantir a segurança e estabilidade de emprego dos professores e condições de valorização do seu trabalho e promoção oficial".

Num ano lectivo que começou repleto de problemas, resultantes ou agravados pela política do MEIC, sempre mais disposto em avançar ou recuar às cegas do que em dar ouvidos às propostas apresentadas por professores e alunos, esta jornada de luta é também o prosseguir do combate por uma Escola Nova, pela extensão real do direito ao ensino a todo o povo.

Decididos a não aceitar

a "política de remendos" do MEIC, os professores reivindicam de imediato contratos automaticamente renováveis, contagem de todo o tempo de serviço e descongelamento e regulamentação das fases.

Manifestando a sua solidariedade com a luta dos professores, o MES denuncia também todos os processos e suspensões determinados pelo MEIC a professores e conselhos directivos, muitos deles baseados em legislação fascista de há mais de trinta anos. Em relação a conselhos directivos, a repressão que sobre eles se abate tem em vista liquidar as já poucas estruturas de funcionamento democrático das escolas e servir de capa para ocultar a incompetente gestão e o planeamento

feito sobre os jogos por parte de quem actualmente se estabeleceu nas poltronas do MEIC.

O MES apela ainda aos professores para a continuação e intensificação da luta. Conhecida a plataforma política em que assenta o actual governo, apenas haverá a esperar do MEIC, uma prática ainda mais direitista e mais autocrática, contrária à construção de uma Escola virada para os interesses do povo. Que a paralisação que amanhã terá lugar não seja o termo de um processo mas um passo importante na mobilização dos professores em torno dos seus objectivos específicos, integrados na luta mais geral dos trabalhadores portugueses, contra a recuperação capitalista.